

.....

A crise financeira está a afectar a economia mundial e não se sabe ainda qual a repercussão que virá a ter na economia real e na vida das pessoas.

As características desta crise financeira, a sua relação com a globalização neoliberal e as repercussões que poderá vir a ter na Europa e em Portugal foram o tema para esta entrevista a João Rodrigues e Nuno Teles, jovens economistas, licenciados no ISEG e investigadores no ISCTE.

Entrevista de Carlos Cerqueira e Carlos Santos, leia no Esquerda 23, de Outubro de 2007

Pode também ouvir a entrevista completa em [esquerda.radio](http://esquerda.radio), no formato wma ou mp3.

Que crise é esta e qual a relação com esta globalização?

JR - Esta crise teve origem nos Estados Unidos, numa parte do mercado imobiliário. Percebermos os mecanismos que dão origem a esta crise e os mecanismos da sua difusão por toda a economia global é tentarmos perceber a configuração do actual processo de globalização neoliberal.

Esta não é a primeira crise. O processo de globalização neoliberal desde os anos 80 é marcado por sucessivos episódios de instabilidade financeira, que ocorrem um pouco por toda a economia global, nomeadamente nas periferias.

Esta crise surge e atinge hoje o centro nevrálgico da economia global, a economia norte-americana. Um dos factores de incerteza deriva de uma das características do processo de globalização neoliberal: apesar de tudo, os EUA têm sido capazes de ir gerindo os sucessivos episódios de instabilidade financeira.

A intervenção maciça da Reserva Federal (Fed - banco central americano), seguida também pela intervenção do Banco Central Europeu (BCE), revelam que um dos elementos centrais do modelo neoliberal de globalização tem sido a capacidade dos governos e das políticas económicas de irem gerindo nos países centrais as consequências da crise, fazendo com que ela se repercuta sobre outros países ou sobre os sectores sociais mais frágeis e mais vulneráveis.

De que forma é que podemos caracterizar então esta liberalização?

do ponto de vista global. No entanto, nós não estamos, e isso é a mistificação da globalização, perante um mercado global. Estamos perante vários mercados internacionais, altamente integrados. E esta globalização é não só assimétrica, como é altamente hierarquizada, as consequências da crise são muito mais duras e perversas na periferia.

Estamos com o principal mercado em crise, como estes mercados são muito integrados havia investidores, bancos europeus, que estavam implicados na actual crise do subprime nos EUA. Portanto, há logo um efeito de contágio dos mercados financeiros europeus, mas são os mercados ditos emergentes, da periferia, que mais oscilam, aqueles em que as perdas são maiores.

Podemos então dizer que continuamos a ter o desenvolvimento desigual e combinado a nível da economia?

JR - O conceito de desenvolvimento desigual continua a ser um conceito muito interessante para ler a economia global como uma totalidade hierarquizada. Ou seja, como um conjunto de países, de Estados-nação que estão imbricados, mas em que nos processos de imbricação alguns Estados têm a capacidade de impor sobre outros determinado tipo de processos.

O epicentro desta crise surge no mercado subprime, que é uma zona do mercado de crédito imobiliário destinado às famílias de menores rendimentos. São os sectores mais pobres dos Estados Unidos, os que têm sentido com mais intensidade todo o processo de compressão da massa salarial e de deterioração relativa das condições de vida. Os bancos concedem crédito a estes sectores e têm a capacidade de, com as hipotecas que concedem, titularizar estes créditos ou seja de construir produtos financeiros, a partir destes créditos, que são muito arriscados, mas ao mesmo tempo podem exibir, desde que os bancos consigam que as famílias vão pagando as suas dívidas, altos níveis de rentabilidade.

Os bancos exibem uma espécie de miopia face ao desastre, concedem créditos a actores com poucas capacidades de os vir a reembolsar integralmente, constroem produtos a partir destes créditos, quando surge um episódio que põe em causa esta construção, assistimos ao processo de esfarelamento em que estes mecanismos se revelam altamente precários e ilusórios e ao mesmo tempo extremamente opacos. Aos momentos de euforia seguem-se momentos de pânico agudo, o que acentua a baixa e o colapso dos activos.

NT - Os mercados são míopes e também sofrem de amnésia. As crises têm vindo a repetir-se, o número delas tem aumentado, mas o que estamos hoje a assistir é ao prolongamento de uma bolha especulativa que foi substituída por outra, o que aumentou o risco de contágio à economia real.

Durante os anos 90 tivemos um crescimento económico nos EUA à volta das ".com", das acções do sector tecnológico. Essas acções dispararam em bolsa e este aumento ilusório de riqueza foi a base para o endividamento e por consequência para o crescimento do consumo e da economia norte-americana.

Em 2001, quando esta bolha especulativa rebenta, a Fed baixa as taxas de juro, conseguiu amortecer uma crise séria, a bolha foi esvaziada mas não totalmente. Foi substituída por outra, a baixa das taxas de juro permitiu uma explosão no mercado imobiliário.

A grande novidade para mim nesta crise é que ela acontece num momento em que a economia norte-americana cresce, num momento em que as taxas de desemprego são bastante baixas.

JR - Os Estados Unidos, pelo facto de serem a potência dominante na economia global, dominante a vários níveis nomeadamente militar, e porque têm a moeda de reserva e transacção que é o dólar, conseguem acumular desequilíbrios, que outras economias não aguentariam. Os EUA cresceram muito, baseados na disponibilidade do resto do mundo em canalizar poupanças e alimentar crédito para a economia norte-americana.

A economia norte-americana tem inúmeras fragilidades internas, que são também fragilidades do país que levou mais longe o modelo neoliberal de desenvolvimento. Em primeiro lugar um crescimento assente numa brutal contracção da massa salarial, numa brutal contracção das condições de vida de uma parte substancial da população norte-americana. Depois, uma economia em que essa contracção salarial é compensada pelo incitamento à contracção de dívidas.

De que forma é que nós poderemos encarar a baixa da taxa de juro pelo banco central dos Estados Unidos? É a continuação do problema ou a crise está a começar a ser ultrapassada?

NT - Quanto a saber se a crise está a ser ultrapassada ou não, ninguém sabe. A Fed fez o que tinha que fazer. Numa situação em que a crise financeira estava à porta, baixaram a taxa de juros. Os mercados financeiros funcionam à base de crédito, qualquer mexida na taxa de juro, mesmo que muito pequena, é alavancada. Da mesma forma que a Fed tinha baixado a taxa de juro, aquando da crise no mercado bolsista à volta das acções do sector tecnológico, agora estão a aplicar basicamente a mesma receita.

De que forma é que na Europa esta crise poderá ter implicações?

JR - Um dos episódios da crise é quando uns fundos de investimento dum banco francês declaram problemas e o banco é obrigado a encerrá-los, o que mostra a exposição de muitos bancos europeus ao problema nos Estados Unidos.

Aqui vemos a diferença entre a Europa e os EUA. Enquanto os norte-americanos têm um discurso e práticas muito liberais, a verdade é que do ponto de vista da utilização do que os economistas chamam instrumentos discricionários da política económica (descida das taxas de juro, utilização dos défices por via do investimento militar, mas podia ser por outro tipo de investimento público) os americanos são muito pragmáticos. A manutenção da estabilidade, do crescimento do sistema e até da criação de emprego é uma prioridade, enquanto que na Europa o BCE e os poderes públicos europeus estão presos a uma ortodoxia financeira que os norte-americanos aparentemente seguem em palavras, mas não seguem na prática.

NT - Às vezes as crises têm vantagens. A partir do momento em que entrámos no euro um dos instrumentos dos Estados parecia ter desaparecido: a política monetária. Hoje a política monetária volta a estar no centro da discussão,

espero que seja o início de uma inversão da actual política monetária que está praticamente focada só no combate à inflação e as preocupações com o crescimento económico são secundárias.

Há um exemplo fora da Europa sobre a necessidade de regulação dos mercados financeiros e sobre o papel da política monetária que é o da China, que não foi afectada por esta crise, porque os seus mercados financeiros são altamente regulados.

Falando de Portugal, de forma é que esta crise virá a afectar os portugueses, numa altura em que se acentua cada vez mais o endividamento das famílias?

NT - Uma das consequências mais imediatas tem a ver com esta contracção do crédito nos mercados internacionais que nos afecta directamente. Os bancos vão exigir mais garantias na concessão do crédito e os prémios de risco que cobram, os spreads, provavelmente vão aumentar, portanto o crédito será mais difícil e será mais caro. E isto não só afecta directamente a vida das pessoas, como acaba por afectar a economia real e as perspectivas de crescimento económico.

JR - A economia portuguesa é particularmente vulnerável. Portugal passou por este processo de expansão da economia global dos últimos anos sem beneficiar dela, em termos de criação de emprego, de crescimento económico, de aumentos de produtividade. Estamos com muito pouca folga para ter margem de manobra para fazer face a uma situação de desaceleração das principais economias.

Por exemplo, se a economia espanhola entrar num processo de desaceleração pode ficar comprometida uma das principais vias na qual o governo apostou muito: que é a promoção de um crescimento por via do aumento da procura externa, da promoção das exportações, com contracção da procura interna e do investimento em Portugal.

E quais as medidas que deviam ser tomadas?

JR - A condução da política económica em Portugal está hoje manietada pelas opções, pelos compromissos e pelas ideias que são dominantes. Em Portugal predomina a ortodoxia que faz do equilíbrio das contas públicas a principal missão dos poderes públicos. Os limites deste tipo de ortodoxia são postos em causa precisamente quando surge uma crise. Porque uma crise apela e convoca a ideia de que os poderes públicos têm de fazer qualquer coisa. E fazer qualquer coisa em Portugal é hoje extremamente difícil pelas opções que foram tomadas.

Enquanto se mantiver esta ideia de que o papel do governo é controlar o défice público, enquanto se mantiver uma atitude laxista, em Portugal e na Europa, face à banca e ao sector financeiro, os governos são parte do problema e nunca parte da solução.

Daí que seja interessante que vozes até na direita do espectro político europeu, como a do presidente Sarkozy,

percebam que os défices são para ser utilizados em situações de crise. A França está mais uma vez a não cumprir. Mandou o pacto para o caixote do lixo, que é onde ele deve estar. Põe em causa o BCE e bem. Enquanto em Portugal o governo insiste na manutenção de um estado de coisas que já se provou que só conduz à estagnação e ao desemprego.

Então a inevitabilidade desta situação tem alternativas...

NT - Tem e acho que passa muito pelo palco europeu. A revisão do pacto de estabilidade que limita a nossa capacidade de reagir aos ciclos económicos. A redefinição do papel do BCE, que está subjugado à ortodoxia monetária, obcecado pela inflação o que depois tem resultados graves sobre a economia europeia nomeadamente com a valorização do euro, que prejudica as exportações.

No caso de Portugal é ainda mais grave. Vivemos em recessão há quase seis anos e arriscamo-nos agora a continuar em recessão, a prolongar este longo período difícil para o país. Portugal foi penalizado pela inserção assimétrica que houve na Europa. Ainda recentemente um estudo da OCDE dizia que Portugal é o país da EU que mais tem a perder com a liberalização dos mercados internacionais, porque concorremos, ao contrário de países como a França ou a Alemanha, directamente com os mesmos sectores dos mercados dos países emergentes. Portugal tem que exigir políticas de coesão.

Toda a política económica europeia tem de ser revista, temos de ter políticas de coesão reais, redistributivas entre os diferentes países da UE.

JR - Acho muito importante em termos de política reintroduzir palavras que graças à hegemonia neoliberal durante demasiado tempo se tornaram malditas: controlo de capitais, taxação dos fluxos financeiros, regulação da construção e do sector imobiliário, bancos públicos. A existência de bancos públicos, por exemplo, é um elemento central para dar estabilidade ao sistema, para instaurar mecanismos de concessão de crédito, que alimentam determinados tipos de investimento.

Política económica activa, uma política monetária orientada para o crescimento e para o pleno emprego, controlo da esfera financeira pelo poder político nacional, europeu e internacional são elementos de uma agenda que a esquerda tem que colocar nos diversos palcos.